Nestes termos, e ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, na sua redação atual, determino o seguinte:

1 — É designado, em regime de substituição, para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P., o licenciado Manuel da Silva Lopes.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º do referido Estatuto, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia 14 de novembro de 2018.

13 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

Nota Curricular

Manuel da Silva Lopes é licenciado em Direito (ramo de Ciências Jurídico-Forenses), pela Universidade Lusíada do Porto (2002) e pós-graduado em “Direito da Defesa Nacional”, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Instituto de Defesa Nacional (2015).

Além disso, desde abril de 2016 até ao presente foi Representante da Defesa Nacional na Subcomissão Especializada “Auxílios de Estado”, da Comissão Interministerial de Assuntos Europeus, e desde janeiro do presente ano Chefe do Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

De outubro de 2015 até janeiro de 2018, foi Diretor de Serviços de Gestão Financeira e Apoio da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), tendo como principais responsabilidades, nomeadamente, a participação na elaboração dos orçamentos da Lei de Programação Militar, Lei das Infraestruturas Militares e Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e, no âmbito da DGRDN, a respetiva execução financeira e reporte; a promoção e instrução dos procedimentos de contratação pública; a gestão do aprovisionamento e dos recursos patrimoniais da DGRDN; o planeamento e promoção das ações necessárias à preparação, acompanhamento, execução e controlo do orçamento anual da DGRDN; a gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais e dos sistemas de informação da DGRDN; a gestão e administração dos bens móveis e materiais da DGRDN.

Anteriormente, foi Chefe da Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (março de 2013-setembro de 2015), tendo como principais responsabilidades, nomeadamente, a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica; a elaboração e gestão do planeamento financeiro e orçamental da Direção-Geral; e gestão do aprovisionamento e dos recursos patrimoniais da Direção-Geral.

Foi ainda Chefe do Gabinete de Gestão de Projetos da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (janeiro de 2013-março de 2013), técnico superior jurista da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional (janeiro de 2011-dezembro de 2012), e Adjunto jurídico do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna (janeiro de 2010-janeiro de 2011).

Exerceu as funções de Jurista na Divisão de Incentivos à Prestação de Serviço Militar da Direção-Geral de Pessoal de Recrutamento Militar (janeiro de 2009-janeiro de 2010), na Direção de Serviços de Recrutamento Militar da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional (setembro de 2007-dezembro de 2008), na Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército (julho de 2006-setembro de 2007), na Direção de Administração e Mobilização de Pessoal do Exército (janeiro de 2005-junho de 2006) e na Direção de Justiça e Disciplina do Exército (maio de 2003-janeiro de 2005).

De setembro de 2002 a março de 2004 foi Vogal do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Direito do Consumo.

Detém diversos cursos e ações de formação profissional, sendo de destacar o Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, no ISCTE-IUL (2014); o Curso de Formação “Implementação de um Sistema de Gestão” (2012); o Curso de Formação “Auditoria de Sistemas de Gestão da Qualidade” (2012); a Ação de Formação em Liderança (Escola de Fuzileiros) e o Curso de Defesa Nacional 2017/2018.

Foi-lhe concedido um louvor pelo Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, em 21 de janeiro de 2011, e um louvor pelo Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, em 29 de outubro de 2009.

311904751

Despacho n.º 618/2019

Considerando a necessidade de aceder ao software ICC (Integrated Command and Control) e AirC2IS (Air Command and Control Informa-

tion System) desenvolvido pela NATO (NCIA), torna-se necessário o seu licenciamento através do “*License Agreement Relating to The Release of the Integrated Command and Control (ICC) and Air Command and Control Information System Software (AirC2IS) Between The NATO Communications and Information (NCI) Agency and The Ministry of National Defence of Portugal*”;

Considerando que estas ferramentas são desenvolvidas com fundos NATO, não têm custos para os países membros da Aliança, podendo ser distribuídas livremente pelos organismos do Ministério da Defesa, ficando os mesmos veiculados ao acordo firmado;

Atento o anteriormente exposto e verificando-se não existirem aspetos normativos e de natureza orçamental que justifiquem a inviabilidade da sua aprovação pelo Estado Português, determino o seguinte:

Delego no Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com faculdade de subdelegação, a assinatura do “*License Agreement Relating to The Release of the Integrated Command and Control (ICC) and Air Command and Control Information System Software (AirC2IS) Between The NATO Communications and Information (NCI) Agency and The Ministry of National Defence of Portugal*”, nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

13 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311903544

Despacho n.º 619/2019

Tendo em conta o estabelecimento da Operação Inherent Resolve (OIR), a qual decorre no Iraque, desde 2014;

Considerando que Portugal partilha os seus esforços internacionais na manutenção da paz global;

Torna-se necessário regular a cooperação mútua entre Portugal e Espanha respeitante às forças militares empenhadas naquela operação;

Atento o anteriormente exposto, e verificando-se não existirem aspetos normativos e de natureza orçamental que justifiquem a inviabilidade da sua aprovação pelo Estado Português, determino o seguinte:

1 — Aprovo, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, na sua redação atual, as versões em língua portuguesa e castelhana do Acordo Técnico entre Portugal e Espanha sobre a cooperação mútua respeitante às suas forças militares no âmbito da Operação *Inherent Resolve (OIR)*, que me foram submetidas através do ofício n.º 6043/GC-G, de 27 de setembro de 2018, do Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

2 — Delego no Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com faculdade de subdelegação, a assinatura do referido Acordo Técnico, nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

16 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311903917

Despacho n.º 620/2019

Considerando que a Base Aérea n.º 5 de Monte Real, afeta ao Ministério da Defesa Nacional, em utilização pela Força Aérea Portuguesa, integra o domínio público militar por força do estabelecido no artigo 7.º da Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955, no artigo 4.º, alínea i), do Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro, no artigo 202.º do Código Civil e no Decreto n.º 41793, de 8 de agosto de 1958;

Considerando que o Decreto n.º 41793, de 8 de agosto de 1958, dispõe que a zona confinante com o aeródromo de Monte Real fica sujeita a servidão militar definida nos termos do mesmo diploma, com o objetivo principal de garantir as medidas de segurança indispensáveis para o tráfego aéreo e salvaguarda de materiais e valores existentes no aeródromo de Monte Real e também promover a proteção das propriedades e vidas da população vizinha deste aeródromo;

Considerando que este Decreto define duas componentes: a militar terrestre (que, no essencial, visa a salvaguarda de questões de «safety» e «security» da Unidade Militar e pessoas e bens na envolvente) e a aeronáutica (que, no essencial, visa a garantia de desobstrução do espaço aéreo envolvente ao aeródromo e equipamentos de ajuda à navegação aérea);

Considerando que a mancha arbórea (constituída por espécies arbóreas — pinheiro e eucalipto), de acordo com os artigos 2.º e 3.º do mesmo Decreto, está implantada na 1.ª zona militar terrestre. Nesta zona é proibido a execução de trabalhos e atividades relacionadas, entre outros, com plantações de árvores e arbustos, sem autorização prévia da autoridade militar competente;

Considerando que, nos termos do artigo 6.º do mesmo diploma, a área de desobstrução corresponde à zona do corredor de acesso às pistas — rampa 3, a qual define restrições altimétricas aos obstáculos a implantar no solo, nomeadamente quaisquer plantações;

Considerando que a existência de obstáculos aeronáuticos faz perigar a operação aérea e compromete a efetividade do sistema de aproximação por instrumentos ILS (Instrumentos *Landing System*) no procedimento de aproximação à pista;

Considerando que as servidões militares e outras restrições de interesse militar ou de interesse para a defesa nacional têm por fins, entre outros, garantir a segurança das instalações militares, a segurança das pessoas e bens nas zonas confinantes com essas instalações, bem como permitir às forças armadas a execução das missões que lhes competem, no exercício da sua atividade normal ou dentro dos planos de operações militares;

Considerando que se verificou que a mancha arbórea (espécies arbóreas — pinheiros e eucaliptos), em zona de servidão militar, não foi previamente autorizada pela autoridade militar competente, nem requerida a respetiva licença vinculativa, nos termos do Decreto que institui e regula a servidão militar em causa e do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, deverá a mesma ser objeto de embargo, ser ordenada a execução dos trabalhos de corte/destruição das espécies arbóreas e, sendo o caso, aplicação das multas pelas infrações verificadas por parte do(s) respetivo(s) dono(s)/proprietário(s);

Considerando que, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional aprovada pelo Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, o Ministério da Defesa Nacional prossegue as suas atribuições através das Forças Armadas;

Nestes termos, e de acordo com o disposto na Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955, do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, e do Decreto-Lei n.º 45 987, de 22 de outubro de 1964, determino:

1 — Que o edital, proposto pela Força Aérea para publicitação, indique as circunstâncias que configurem a transgressão, identifique a zona abrangida e as árvores a cortar/destruir, estabelecendo um prazo aos proprietários para regularização voluntária, findo o qual não tendo sido cumprido, legitimar a Força Aérea Portuguesa para proceder ao corte/destruição da mancha arbórea em causa.

2 — O embargo, pela Força Aérea Portuguesa, da mancha arbórea (espécies arbóreas — pinheiro e eucalipto), plantada em zona de servidão militar da Base Aérea n.º 5 (zona de proteção em volta do aeródromo de Monte Real), a qual não foi previamente autorizada pela autoridade militar competente, nem requerida a respetiva licença vinculativa, nos termos da legislação em vigor.

3 — Que a Força Aérea Portuguesa notifique o(s) respetivo(s) dono(s)/proprietário(s), que, em caso de incumprimento, poderá(ão) sujeitar-se à posse administrativa, a fim de se proceder às obras/trabalhos de corte/destruição das espécies arbóreas (pinheiro e eucalipto), reposição original do terreno e à fixação do competente regime sancionatório, sendo o(s) respetivo(s) dono(s)/proprietário(s) responsável(is) pelo pagamento dos encargos devidos.

21 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311905367

Despacho n.º 621/2019

Considerando que, no quadro de apoio à vigilância e rastreio de objetos no espaço, o programa europeu *Space Surveillance and Tracking (SST)* visa estabelecer uma capacidade europeia de monitorização, classificação e previsão das trajetórias de objetos em órbita da Terra, capaz de providenciar serviços de alerta de colisão, de reentrada de objetos na atmosfera e de impacto de fragmentação;

Considerando que o Conselho Europeu tem vindo a sublinhar a necessidade de desenvolver uma capacidade europeia operacional para o controlo e a vigilância da sua infraestrutura espacial e dos seus detritos espaciais, nomeadamente através da Decisão n.º 541/2014/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que estabelece um quadro de apoio à vigilância e ao rastreio de objetos no espaço (a «Decisão SST»), tendo, neste sentido, lançado a segunda fase de candidaturas dos Estados-Membros para aderir ao Consórcio SST, à qual Portugal aderiu formalmente, em 2017;

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 116/2017, de 13 de julho, criou a estrutura temporária de projeto designada por «Grupo de Projeto *Space Surveillance and Tracking (GPSST)*» com a missão de preparar, implementar e operacionalizar a capacidade inicial da Rede *Space Surveillance and Tracking* nacional (rede PT SST) e de preparar a candidatura nacional ao consórcio SST europeu, cujo mandato foi prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano, data após a qual a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional assume a gestão do programa SST nacional, passando a ser a entidade nacional designada para o Programa até à concretização do novo modelo

de governação do programa SST, conforme definido pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 113/2018, de 23 de agosto;

Considerando que, decorrente da candidatura de Portugal para participar no quadro de apoio europeu à vigilância e ao rastreio de objetos no espaço (SST), foi recebida a Decisão da Comissão C(2018) 3242 final, de 31 de maio de 2018, que conclui que Portugal cumpre as condições de participação no quadro de apoio à vigilância e ao rastreio de objetos no espaço que constam do n.º 1 do artigo 8.º da Decisão de Execução C(2016) 8482, de 19 de dezembro de 2016, tornando-se assim um dos oito membros efetivos do Consórcio Europeu SST;

Considerando que, no âmbito das competências que lhe foram atribuídas, o GPSST já identificou os locais de instalação dos equipamentos da rede «Space Surveillance and Tracking» (PT SST), localizados no Pico do Areiro — Região Autónoma da Madeira para sensores óticos e no Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira — Angra do Heroísmo, Região Autónoma dos Açores, para o National Operational Center (NOC), e que os trabalhos conducentes à elaboração do Caderno de Encargos para a «Edificação da capacidade inicial da rede PT SST» se encontram em fase final de execução, pelo que importa prosseguir os trabalhos de implementação do programa de capacitação nacional para a vigilância e rastreio de objetos em órbita;

Considerando ainda que a referida RCM estabelece que os encargos de funcionamento do GPSST são suportados pelo orçamento da DGRDN, à qual incumbe igualmente assegurar o recebimento e a gestão das verbas relativas à criação da capacidade inicial SST e à participação de Portugal no programa europeu, que sejam da sua competência;

Considerando a Decisão da Comissão de 08.11.2018 sobre a conformidade do texto provisório do Acordo SST, com os requisitos da Decisão No 541/2014/EU, que formalizará a adesão de Portugal ao Consórcio EUSST, definindo as regras e mecanismos de cooperação e vinculará à prestação de serviços operacionais e contributos para a rede SST europeia, conforme definido no Artigo 4 da Decisão No 541/2014/EU;

Assim, nos termos e ao abrigo dos artigos 44.º e 46.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no âmbito das competências que me foram conferidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2017, de 13 de julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 163, de 24 de agosto de 2017, determino o seguinte:

1 — Delego no Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, Dr. Alberto António Rodrigues Coelho, com faculdade de subdelegação, a prática dos atos necessários à aprovação e outorga dos protocolos com as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira tendo em vista o uso de infraestruturas disponibilizadas por estas entidades, dos acordos *Consortium Agreement, Implementing Arrangements and Grants Agreements*, bem como de outros acordos que venham a revelar-se necessários para a implementação plena do Programa SST, desde que não impliquem aumento da despesa já autorizada pela referida Resolução.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

30 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311906436

Despacho n.º 622/2019

Tendo em conta que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República da Polónia já foram participantes no *Memorandum of Understanding concerning the Manning, Funding, Administration and Support of the Headquarters NATO Rapid Deployable Corps Spain*, assinado em 2002;

Considerando que aqueles países pretendem participar novamente no referido *Memorandum of Understanding*, tendo solicitado a adesão ao mesmo, a qual é formalizada através de *Note of Joining*;

Atendendo a que as referidas *Note of Joining*, que serão assinadas entre todas as nações participantes no *Headquarters NATO Rapid Deployable Corps Spain*, conferem ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e à República da Polónia direitos e deveres de participação naquele organismo, relativos à colocação de pessoal, contribuição financeira, administração e apoio;

Considerando que não existem aspetos normativos e de natureza financeira e orçamental que justifiquem a inviabilidade da sua aprovação pelo Estado Português, determino o seguinte:

1 — Aprovo, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, as minutas das *Note of Joining* do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e da República da Polónia, em língua inglesa e em língua francesa, ao *Memorandum of Understanding concerning the Manning, Funding, Administration and Support of the Headquarters NATO Rapid Deployable Corps Spain*, conforme o ofício n.º 3773/GC-G, de 9 de